

VOTO

O Senhor Ministro Edson Fachin (Relator): 1. Princípio rememorando que, após o desmembramento realizado (eDoc. 180, Vol. 4, fls. 976-986), o exame da admissibilidade da denúncia ofertada nestes autos pela Procuradoria-Geral da República **limita-se aos denunciados Gleisi Helena Hoffmann e Paulo Bernardo Silva**, acusados da prática do crime de **promover, constituir e integrar dolosa e pessoalmente organização criminosa**, tipificado no art. 2º, § 4º, II, III e V, da Lei 12.850/2013.

Trata-se de hipótese delitiva desvelada no seio de investigação de repercussão nacional, notabilizada pela formação de complexa rede de influência, fomentada por múltiplos agentes e atos ilícitos. No recorte deste caderno investigativo, a acusação atribui aos 2 (dois) acusados processados neste Supremo Tribunal Federal a responsabilidade penal pelo desempenho de atos de promoção, constituição, financiamento ou integração, pessoalmente ou por interposta pessoa, de organização criminosa, a partir de diversos fatos e elementos de informação.

Os autos correspondem a 216 (duzentos e dezesseis) documentos eletrônicos, contendo 07 (sete) volumes que tramitavam por meio físico, com 2.086 folhas; 11 (onze) apensos; e demais documentos processados a partir da conversão do feito em processo eletrônico, em 9.4.2021 (eDoc. 186), a demandar cautelosa e detida análise do recebimento ou não da exordial acusatória.

Nas respectivas peças defensivas, os denunciados aqui processados suscitam questões prefaciais ao juízo de mérito proposto nesta fase processual da *persecutio criminis*. Passo, desse modo, inicialmente, ao exame das preliminares suscitadas.

2. Preliminares

2.1 Da incompetência do Relator

Afasto, de início, a alegada incompetência deste Relator suscitada pelos denunciados, por ausência de prevenção dos fatos denunciados com aqueles relacionados à operação de repercussão nacional.

Ao oposto do que argumentado, a investigação encartada nestes autos decorre da cisão processada no INQ 3.989, de minha relatoria, cujos elementos indiciários foram originalmente revelados no âmbito da denominada operação.

É de se notar que os numerosos fatos congregados no INQ 3.989 implicavam agentes ligados ao denominado núcleo político da suposta organização criminosa estruturada no contexto das condutas ilícitas perpetradas não somente perante a Petrobras S/A, como também no âmbito de outros órgãos e entes públicos.

A fim de otimizar a atividade investigativa e consoante requerimento ministerial, houve a cisão do INQ 3.989 – o qual prosseguiu com pessoas vinculadas ao Partido Progressista (PP) –, culminando com a formação deste INQ 4.325 (vinculado aos investigados ligados ao Partido dos Trabalhadores - PT), além do INQ 4.326 (investigados ligados ao então denominado Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB com atuação no Senado Federal) e INQ 4.327 (vinculado aos investigados também ligados ao então PMDB com atuação na Câmara dos Deputados), todos mantidos sob a relatoria do saudoso Ministro Teori Zavascki e, por sucessão, a este Relator.

Portanto, o conjunto dos processos sob supervisão do Supremo Tribunal Federal teve origem e vínculo aos fatos subjacentes à operação de repercussão nacional e principalmente à Petrobras.

Ainda que, dos feitos processados nesta Suprema Corte, tenham decorrido desmembramentos e cisões, notadamente quanto à investigação das condutas supostamente perpetradas por agentes sem foro por prerrogativa de função ligados aos núcleos políticos que compõem em tese a estrutura do grupo criminoso organizado, tendo sido eventualmente remetidos a Juízos diversos da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR, a exemplo

do INQ 4.327, não houve, no entanto, critério diferenciado para o processamento dos feitos cuja tramitação permaneceu no âmbito deste Supremo Tribunal Federal sob supervisão deste Relator.

Secundado pelos fundamentos que se colhe da cota ministerial de oferecimento da denúncia (e.Doc. 177, Vol. 1), **rejeito a presente preliminar e reafirmo a competência deste Relator para processar e julgar o presente feito relacionado ao suposto crime de organização criminosa, conforme reconhecido em julgados realizados por esta Corte** (Rcl 25.048, Rel. Min. Teori Zavascki, Segunda Turma, j. 4.10.2016, v.g.).

2.2. Violação ao princípio do contraditório e da ampla defesa. Pendência de resolução de agravo regimental interposto acerca da extensão da acusação.

Assinala a defesa de Paulo Bernardo ser indispensável a delimitação do “*exato teor e extensão da acusação*”, em especial acerca da atuação ilícita do acusado junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, diante da apontada continência desta imputação com aquelas processadas na AP 0009462-81.2016.4.03.6181 pelo Juízo da 6ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Paulo, pendentes de apreciação no agravo regimental interposto (e.Doc. 180, Vol. 4, fls. 990-995).

Cumpre registrar que, em juízo de retratação, deferi parcialmente o pleito defensivo para “**reconhecer a continência entre este inquérito e a AP 0005029-63.2018.403.6181, apenas quanto aos fatos enquadrados no art. 2º, § 3º e § 4º-II, III e V da Lei 12.850/2013; e ii) quanto ao mais, mantenho incólumes os comandos decisórios**” (eDoc. 183, Vol. 6, fls. 1.592-1.595).

Nesse contexto, os fatos processados neste inquérito estão bem delimitados e referem-se exclusivamente ao delito de pertinência à organização criminosa, em relação a qual se depreendeu a continência entre os feitos, a justificar o processamento dessa conduta tão somente pelo Supremo Tribunal Federal.

Todavia, o processamento do delito de pertinência à organização criminosa não induz à conexão com os demais delitos que venham a ser perpetrados pelos seus integrantes.

Nesse sentido, destaca-se o julgamento da Rcl 25.048, a qual reconheceu que o INQ 3.989 deveria abarcar fatos relacionados tão somente ao delito de organização criminosa, sendo plenamente passível a apuração dos demais fatos em instâncias jurisdicionais diversas. Eis os segmentos pertinentes:

“(…)

‘Veja-se, nesse sentido, o que consignou o Procurador-Geral da República nos autos do Inquérito 3.989, às fls. 3.219- 3.221:

‘Como se vê da relação dos novos investigados, nem todos possuem prerrogativa de foro e, em princípio, não deveriam ter suas condutas investigadas no âmbito do Supremo Tribunal Federal. Entretanto, o Procurador-Geral da República entende que, nesse momento, é essencial que toda a investigação dos fatos envolvendo o crime de organização criminosa relativa à Operação Lava jato seja desenvolvida no âmbito no bojo do presente inquérito. [...] Assim, no caso em tela, a apuração das condutas dos não detentores de prerrogativa de foro antes indicados perante o Supremo Tribunal Federal é necessária e excepcional, pois suas ações, em tese praticadas e pendentes de apuração mais detalhada, estão de tal forma relacionadas que, nos termos do que já decidido, poderão haver ‘prejuízo relevante a prestação jurisdicional’. Há uma razão objetiva complementar que demanda essa necessidade de união pelo menos da investigação: o delito de organização criminosa demanda apuração conjunta das ações dos supostos envolvidos exatamente para aquilatar as imbricadas e naturais condutas de cada elemento dentro da estrutura existente para a prática de crimes’.

4. De fato, em análise do ato reclamado, conclui-se que, apesar de os fatos investigados no Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Inq 3.989, possuírem correlação com aqueles que são objeto de investigação perante a 13ª Vara Federal de Curitiba, não houve demonstração da usurpação, pela autoridade reclamada, da competência desta Corte, tendo em vista que agiu conforme expressamente autorizado. No mesmo sentido, em reclamação análoga à presente: Rcl 20.175 AgR, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, DJe de 9.9.2015’

(…)

Como dito, a investigação dos demais fatos relacionados ao reclamante, alusivos a possível recebimento de vantagens indevidas, permanecem no juízo da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba, e não se confundem, em termos de persecução penal, com o que se apura no Supremo Tribunal Federal, nos autos do Inquérito 3.989.

Ademais, conforme bem destacado pelo Ministério Público, 'há muito, a caracterização tanto do eventual crime de associação criminosa (art. 288, CP) ou de organização criminosa é absolutamente independente da efetiva prática dos crimes a que se propuseram os integrantes da cadeia delitiva. Mais que isso: o crime de organização criminosa (apurado no Inquérito 3.989) pode estar configurado mesmo sem a prática das (independentes) condutas que possam caracterizar os outros delitos, apurados separadamente nos processos que a defesa pretende ver reunidos, revelando manifesta falha na premissa do raciocínio jurídico apresentado”

(RCL 25.048, Rel. Min. Teori Zavascki, Segunda Turma, Dje 19.9.2017).

Portanto, inexistem dúvidas acerca do “ exato teor e extensão da acusação” , que alcança fatos relativos à suposta prática do delito de pertinência à organização criminosa, sendo que o acusado, à luz da denúncia, integra o núcleo político junto a demais pessoas vinculadas ao Partido dos Trabalhadores (PT), narrativa que de modo algum se confunde com aqueles condizentes com as figuras típicas da corrupção e da lavagem de capitais .

Ao lado desse aspecto, emerge a preclusão da tese defensiva, porquanto, a teor do quanto assinalado no juízo de retratação acima reproduzido, “[N]o célebre julgamento da Questão de Ordem no Inquérito n. 4.130, que se tornou precedente para diversas outras apurações originadas da ‘Operação Lava Jato’, esse STF determinou a cisão do feito com relação aos investigados que não detém foro por prerrogativa de função, dentre eles o ora agravante. Foi a partir desse decisum que a investigação que originou a Ação Penal 0009462-81.2016.4.03.6181 foi remetida para a Seção Judiciária de São Paulo” .

Desse modo, a questão controvertida não detém potencial de inovar a imputação dirigida ao acusado, mormente porque os demais delitos processados pelo Juízo de primeiro grau foram objeto de feito penal supervisionado e desmembrado pelo Supremo Tribunal Federal, de modo a não impactar o amplo e efetivo direito de defesa a ser exercido nos presentes autos.

Rejeito, nesse sentido, a preliminar ora em exame.

2.3. Quebra da paridade de armas. Manifestação do Ministério Público após a apresentação de resposta à acusação

O denunciado Paulo Bernardo sustenta, prefacialmente, a quebra da paridade de armas, porquanto, em manifestação apresentada após o oferecimento de resposta à acusação, a Procuradoria-Geral da República teria extrapolado os limites do art. 5º da Lei 8.038/1990 ao rebater, na peça apresentada, ponto a ponto das teses defensivas.

Sobre o tema, esta Corte possui o entendimento de que “ *quando a defesa argui questão preliminar nas alegações finais, é legítima a abertura de vista e a manifestação do Ministério Público, ambos com respaldo legal na aplicação analógica do art. 327, primeira parte, do Código de Processo Civil (atual art. 351 do CPC - 2015), como previsto no art. 3º do Código de Processo Penal, pois em tal caso é de rigor que a outra parte se manifeste, em homenagem ao princípio do contraditório, cujo exercício não é monopólio da defesa (HC nº 76.240/SP, Segunda Turma, da relatoria do Ministro Maurício Corrêa, DJ de 14/8/98)*” (RHC 104.261, Rel. Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, DJe de 7.8.2012).

Embora não se trate, no caso, de preliminares apresentadas pela defesa no âmbito de alegações finais, raciocínio análogo pode ser adotado. Nessa linha, esta Segunda Turma assentou:

“ No âmbito da Lei 8.038/1990, é plenamente cabível o órgão acusador formular réplica às respostas dos denunciados, mormente quando suscitadas questões passíveis de impedir a deflagração da ação penal. Essa compreensão emerge do princípio constitucional do contraditório (art. 5º, LV, CF), que garante aos litigantes, e não apenas à defesa, a efetiva participação na decisão judicial” (INQ 4.112, Rel. Min. EDSON FACHIN, Dje 10.11.2017).

“(…) possível assegurar, também no âmbito da Lei 8.038/1990, o direito ao órgão acusador de réplica às respostas dos denunciados, especialmente quando suscitadas questões que, se acolhidas, poderão impedir a deflagração da ação penal. Só assim se estará prestigiando o princípio constitucional do contraditório (art. 5º, LV, CF), que garante aos litigantes, e não apenas à defesa, a efetiva participação na decisão judicial” (Inq 3.997, Rel. Min. Teori Zavascki, Segunda Turma, DJe de 26.9.2016).

Entendo, nesse sentido, que não houve quebra de paridade de armas na manifestação da Procuradoria-Geral da República na fase do art. 5º, *caput*, da Lei 8.038/1990 e também **rejeito** essa preliminar.

2.4. Inépcia da denúncia

O tema da inépcia formal da denúncia foi suscitado pelos denunciados Paulo Bernardo Silva e Gleisi Helena Hoffmann, os quais assentaram que a peça objurgada não logrou descrever de forma individualizada as condutas que lhes são atribuídas, desatendendo ao comando normativo previsto no art. 41 do Código de Processo Penal, o que impediria ou dificultaria o exercício do direito de defesa em juízo.

Asseveram, em conjunto, que a denúncia (*i*) narra substancialmente fatos irrelevantes à configuração do delito imputado ao acusados, consubstanciados em crimes diversos, praticados no âmbito da dita organização criminosa; e (*ii*) não teria descrito os elementos estruturais da figura típica da organização criminosa (estruturação interna ordenada, divisão de tarefas entre os seus supostos integrantes, obtenção de vantagem de qualquer natureza, *affectio criminis societatis*, permanência e estabilidade da organização).

Em específico, Paulo Bernardo salienta, ainda, que, muito embora não haja figurado como investigado no presente feito, foi denunciado e citado no tópico referente à “ *gênese, estrutura e modo de operação*” da sobredita organização criminosa, “ *em afirmação completamente genérica, segundo a qual ele teria participado, em conjunto com a sua esposa GLEISI HOFFMANN, de esquema de propina junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (‘MPOG’) referente à empresa CONSIST*” . Reforça que, em insuficiente descrição acusatória, “ *nenhuma linha é dedicada a relacionar Paulo Bernardo com a suposta organização criminosa*”, “ *quando muito, a PGR relaciona-o à sua própria esposa*” (eDoc. 181, Vol. 5, fls. 1.034 e 1.041).

Por seu turno, Gleisi Helena Hoffmann aduz que, “ *a despeito de ter ocupado cargo na diretoria financeira executiva da Itaipu Binacional entre os anos de 2003 e 2006 (período ao qual a denúncia não indica fatos*

desabonadores em seu desfavor), a Requerida viveu, posteriormente, um hiato em sua vida pública entre os anos de 2006 e 2010, mantendo-se alheia aos fatos mencionados” , de modo que a versão acusatória apresenta “ menções esparsas ao seu nome em toda a denúncia” , sem, no entanto, identificar “ quais atos, comissivos ou omissivos, teriam sido supostamente praticados pela Requerida no bojo de seu mandato parlamentar a fim de ilicitamente beneficiar o seu grupo político” (eDoc. 182, Vol. 5, fl. 1.081).

Sumaria, então, que a “ *denúncia não consegue delimitar a existência de liame subjetivo entre a Requerida e os codenunciados; tampouco descrever em que momento, quando, onde ou em quais circunstâncias a Requerida teria ingressado na referida organização criminosa ou quais atos teria praticado em benefício ilícito de sua agremiação partidária*” (eDoc. 182, Vol. 5, fl. 1.084).

Ao reverso dos argumentos habilmente lançados pelas defesas constituídas de ambos os imputados, tem-se que a peça acusatória apresenta *quantum satis* a essa fase processual descrição suficiente das condutas ilícitas atribuídas aos denunciados, demonstrando-se formalmente apta a peça de ingresso ao exercício do direito à ampla defesa garantido pelo art. 5º, LV, da Carta Política, exceto em relação à incidência dos incisos III e IV, do art. 2º, da Lei 12.850/2013, como se verá adiante.

Tendo como horizonte os limites probatórios e cognitivos próprios da presente fase da *persecutio criminis* , em que se perquire apenas e tão somente a viabilidade da peça acusatória e a sua conformidade com as garantias processuais estampadas na Constituição Federal, é imperioso lembrar que a natureza do crime atribuído aos denunciados, destinado à tutela da paz pública e considerado, por isso, ilícito de perigo abstrato, prescinde da narrativa de qualquer resultado naturalístico, até porque este sequer é exigido, como já afirmado, para a afetação do bem jurídico e consequente incidência e aplicação legítima do preceito secundário da norma penal incriminadora.

Aliado a tal assertiva, não se pode perder de vista um dado inerente a todos os tipos penais que incriminam a reunião de pessoas para fins ilícitos, a saber: a inexistência, como regra, de um pacto formal e expresso acerca da estrutura dessa associação espúria, sua finalidade e a divisão de tarefas entre seus integrantes à consecução dos objetivos comuns.

Tratando-se, então, de reunião de pessoas para fins escusos, a informalidade é regra na formação desse pacto entre os seus integrantes, o qual é gravado, no mais das vezes, com a cláusula da confidencialidade, já que a sua atuação se dá à margem do ordenamento jurídico, ainda que não de forma exclusiva.

E justamente pela dificuldade material em delinear-se de forma exata a composição do grupo criminoso e a posição ocupada por cada um de seus integrantes é que se encontram precedentes deste Supremo Tribunal Federal no sentido de considerar apta a denúncia que, a despeito de não descrever minuciosamente a estrutura da associação espúria, o faça, ainda que genericamente, de maneira a permitir o exercício do direito de defesa em juízo pelos acusados.

Nesse sentido, “ *[N]ão é inepta a denúncia por crime de lavagem de dinheiro e formação de quadrilha ou bando que, em vista de diversos agentes supostamente envolvidos, descreve os fatos de maneira genérica e sistematizada, mas com clareza suficiente que permitia compreender a conjuntura tida por delituosa e possibilite o exercício da ampla defesa*” (INQ 2.471, Rel.: Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 29.9.2011).

Tal diagnóstico exsurge de atenta leitura da denúncia ofertada pela Procuradoria-Geral da República, na qual é narrada a agregação dos denunciados ao núcleo político da organização criminosa que, de acordo com a hipótese acusatória, não se restringe aos integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT), mas também por políticos filiados ao então denominado Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e ao Partido Progressista (PP), cujas responsabilidades criminais foram objeto de denúncias distintas formuladas em autos cindidos.

Conforme narrativa da Procuradoria-Geral da República, a organização criminosa era formada por quatro núcleos de atuação, nomeadamente, (a) o político, (b) o econômico, (c) o administrativo e (d) o financeiro; compostos, respectivamente, por parlamentares, empreiteiras cartelizadas, funcionários das Diretorias da Petrobras e operadores financeiros, estruturada para a prática de delitos contra a administração pública.

Por seu turno, Paulo Bernardo e Gleisi Helena Hoffmann são acusados de integrar o núcleo político da organização, junto a outros membros do Partido dos Trabalhadores (PT), agremiação acusada de ser a responsável pela formação do grupamento .

Concernente à constituição, gênese, estrutura e modo de operação da organização criminosa, eis, a propósito, a descrição da denúncia (eDoc. 178, fl. 15, com grifos):

“Desde meados de 2002 até 12 de maio de 2016, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (LULA), DILMA VANA ROUSSEFF (DILMA), ANTONIO PALOCCI FILHO (PALOCCI), GUIDO MANTEGA (MANTEGA), **GLEISI HELENA HOFFMANN (GLEISI), PAULO BERNARDO SILVA (PAULO BERNARDO)** , JOÃO VACCARI NETO (VACCARI) e EDSON ANTONIO EDINHO DA SILVA (EDINHO), **na qualidade de membros do Partido dos Trabalhadores - PT** , com vontade livre e consciente, de forma estável, profissionalizada, preordenada, com estrutura definida e com repartição de tarefas, constituíram, integraram e estruturaram uma organização criminosa, com atuação durante o período em que os dois primeiros denunciados sucessivamente titularizaram a Presidência da República, para cometimento de uma miríade de delitos, em especial contra a administração pública em geral.

Os concertos das ações criminosas praticadas voltaram-se especialmente para a arrecadação de propina por meio da utilização de diversos entes e órgãos públicos da Administração Pública direta e indireta, tais como a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

(...)

Além dos denunciados, o núcleo político da referida organização era composta também por integrantes do PMDB e do PP, que compunham subnúcleos políticos específicos, assim como os ora denunciados. Não havia entre os integrantes do PT, do PP e do PMDB uma relação de subordinação e hierarquia, a relação mantida era de aderência de interesses comuns, marcada por uma certa autonomia. Porém, houve por parte dos integrantes do PT um papel mais relevante na organização no período de 2002 ao início de 2016, em razão da concentração de poderes no Chefe do Poder Executivo Federal especialmente no que tange às nomeações dos cargos públicos mais relevantes, que, conforme se verá, foi o instrumento principal para prática dos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro por parte da organização criminosa.

Nesse sentido, LULA, de 2002 até maio de 2016, foi uma importante liderança, seja por que foi um dos responsáveis pela constituição da organização e pelo *desenho* do sistema de arrecadação de propina, seja por que, na qualidade de Presidente da República por 8 anos, atuou diretamente na negociação espúria em tomo da nomeação de cargos públicos com o fito de obter, de forma indevida, o apoio político necessário junto ao PP e ao PMDB para que seus interesses e do seu grupo político fossem acolhidos no âmbito do Congresso Nacional. Acrescente, ainda, que, mesmo após a sua saída da Presidência da República, LULA continuou a exercer liderança do núcleo político da organização até maio de 2016, em razão da forte influência que exercia sobre a então Presidente DILMA. Contudo, com a reformulação do núcleo político da organização criminosa, a partir de maio de 2016, os integrantes do PMDB da Câmara passaram a ocupar esse papel de destaque dentro da organização.

(...)

A formação da organização criminosa objeto da presente imputação remonta a 2002, ocasião da disputa eleitoral à Presidência da República. Já neste ano, LULA, PALOCCI, coordenador da campanha presidencial, e os executivos da *holding* Odebrecht se associaram com o objetivo de financiar a campanha de LULA em troca do compromisso assumido pelo então candidato de atender interesses privados lícitos e ilícitos daqueles conglomerados

(...)

Com a ascensão ao poder de LULA, os ora denunciados estruturam no âmbito do governo federal um *modus operandi* que consistia em cobrar propina a partir de ajustes ilícitos com as empresas que tinham interesse em firmar negócios no âmbito do governo federal e na aprovação de determinadas medidas legislativas.

Para tanto foram nomeados para cargos públicos chaves pessoas já de antemão comprometidas com a arrecadação da propina. Essas pessoas, que compuseram o núcleo administrativo da organização criminosa, faziam a ponte entre o núcleo político e os empresários (núcleo econômico), que, por sua vez, pagavam os valores devidos por meio de doleiros, depósitos em contas no exterior em nome de *offshore*, doação eleitoral oficial e, também, em alguns casos, de estruturas próprias desenvolvidas pelas próprias empresas para ocultar a origem dos recursos ilícitos. Esses operadores eram os responsáveis pelo núcleo financeiro da organização criminosa.

Porém, todo este estratagema não foi desenvolvido para beneficiar indevidamente apenas os integrantes do PT que constituíram a organização criminosa, serviu também para atender interesses ilícitos de integrantes de outras agremiações partidárias que, ao longo dos governos LULA e DILMA, aderiram ao núcleo político desta organização criminosa com o objetivo de comandar, por meio da

nomeação de cargos ou empregos públicos chaves, órgãos e entes da Administração”.

Para além dos aspectos supra assinalados, a acusação passa a especificar as condutas adotadas por integrantes da agremiação do Partido dos Trabalhadores na busca de compor base aliada mais robusta, mediante a distribuição de cargos no âmbito do Poder Executivo, própria de um governo de coalizão que se formava. Em resposta, outros partidos políticos somaram forças com o Partido Político no poder e, em contrapartida, passaram a titularizar indicações a cargos estratégicos em Ministérios, empresas públicas e sociedades de economia mista. Ressalta a denúncia, no ponto, que “ *o ilícito não está na constituição de alianças políticas, mas sim no uso delas como ferramenta para se arrecadar, a partir dos negócios firmados no âmbito destes cargos, propina*” (eDoc. 178, Vol. 2, fl. 263).

Afirma, então, haver “ *uma divisão de papéis entre os ora denunciados, que agiam sempre em benefício do seu grupo político e sob a coordenação daqueles que estavam no topo do comando da organização*” (eDoc. 178, Vol. 2, fl. 277), asseverando, ademais, o propósito comum dos integrantes do núcleo político na arrecadação de vantagem indevida perante grupos econômicos interessados em negociar com a administração pública.

Para melhor elucidar a versão ministerial, transcrevo segmentos da denúncia que sumariam o vínculo e a participação dos denunciados na empreitada, inclusive no que tange aqueles outrora processados e julgados perante esfera jurisdicional diversa, enquanto destinatária dos autos desmembrados (eDoc. 178, Vol. 2, fls. 278-279). Confira-se:

“Nesse sentido, VACCARI era o responsável pela cobrança de propina no ‘varejo’ junto às diversas empresas que se relacionavam com o governo federal durante o governo LULA e DILMA. VACCARI também direcionava como os pagamentos deveriam ser feitos, sendo que muitas vezes utilizou o próprio PT como ferramenta para receber os valores ilícitos, que eram depositados como se fossem doações eleitorais. VACCARI operou também ilicitamente junto aos Fundos de pensão, em especial FUNCEF e PETROS, conforme se verá.

PALOCCI e MANTEGA eram os interlocutores diretos de LULA e DILMA nas negociações que envolviam a cobrança de propina em

valores mais relevantes, como no caso do grupo Odebrecht e J&F que, só por intermédio de doação oficial, repassaram mais de R\$ 500 milhões de reais de propina.

MANTEGA foi indicado expressamente por DILMA a Marcelo Odebrecht como sendo seu interlocutor para tratar os interesses escusos do grupo com o governo. Já PALOCCI foi o principal intermediário de LULA para o recebimento de propina decorrente da denominada 'Planilha Italiano' e na denominada 'Subconta Amigo'; ajudou a constituir a presente organização criminosa, pois estava presente desde as primeiras negociações ilícitas por ocasião da campanha presidencial de LULA de 2002. Atuou também de forma decisiva nas negociações espúrias envolvendo a compra do apoio político de integrantes do PP e do PMDB.

GLEISI e PAULO BERNARDO não apenas davam suporte em suas respectivas pastas ao esquema ilícito montado, como também operaram diretamente a cobrança de propina no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão .

GLEISI foi ainda uma das mais beneficiadas nos esquemas ilícitos mantidos pela organização criminosa na Petrobras, no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e junto à Odebrecht e à J&F.

EDINHO SILVA teve uma participação mais relevante na organização na qualidade de coordenador da campanha presidencial de DILMA de 2014 quando substituiu VACCARI na missão de arrecadar valores ilícitos em benefício daquela campanha. Além disso, atuou diretamente na compra de horário político gratuito junto às agremiações que integraram a chapa DILMA/Temer também na campanha de 2014.

LULA foi o grande idealizador da constituição da presente organização criminosa, na medida em que negociou diretamente com empresas privadas o recebimento de valores para viabilizar sua campanha eleitoral à presidência da República em 2002 mediante o compromisso de usar a máquina pública, caso eleito (como o foi), em favor dos interesses privados deste grupo de empresários. Durante sua gestão, não apenas cumpriu com os compromissos assumidos junto a estes, como atuou diretamente e por intermédio de PALOCCI, para que novas negociações ilícitas fossem entabuladas como forma de gerar maior arrecadação de propina. Foi o grande responsável pela coesão do núcleo político da organização criminosa e pela indicação de DILMA como candidata do PT à presidência da República em 2010. Essa condição permitiu-lhe continuar a influenciar o governo da sua sucessora e a fazer disso mais um balcão de negócios para recebimento de vantagens ilícitas.

DILMA ROUSSEFF integrou a presente organização criminosa desde 2003, quando assumiu a convite de LULA o Ministério de Minas e Energia. Desde ali contribuiu decisivamente para que os

interesses privados negociados em troca de propina pudessem ser atendidos, especialmente no âmbito da Petrobras, da qual foi Presidente do Conselho de Administração entre 2003 e 2010. Cumpre ressaltar que compete ao Conselho a nomeação dos diretores da Companhia. Durante sua gestão junto à Presidência da República deu seguimento a todas as tratativas ilícitas iniciadas no governo LULA, com destaque para a atuação direta que teve nas negociações junto ao grupo Odebrecht. Outras vezes atuou de forma indireta, por intermédio de MANTEGA e EDINHO SILVA, na cobrança de valores ilícitos junto a empresários” (grifei).

A autoridade ministerial retrata, ainda, como se daria a participação dos acusados em consonância com os propósitos ilícitos comuns e ordenados ostentados pelo grupo e o vínculo associativo havido com os demais integrantes da dita organização criminosa.

Nesse sentido, cumpre trazer à colação as circunstâncias reveladas pela denúncia relativas aos “ crimes praticados no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão” (eDoc. 178, Vol. 2, fls. 172-184 – tópico 2.2.2):

“Como dito alhures, a organização criminosa integrada pelos ora denunciados atuou ilicitamente no âmbito de distintos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Nesse contexto, PAULO BERNARDO, VACCARI e GLEISI atuaram, entre 2009 e 2015, numa das ramificações da organização criminosa ora denunciada no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (...).

As vantagens indevidas foram pagas em decorrência da realização de Acordo de Cooperação Técnica (ACT), firmado em 2009 entre entidades que representavam as instituições financeiras (ABBC/SINAPP e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, Chefiado por PAULO BERNARDO, no intuito de viabilizar a contratação da empresa CONSIST/SWR INFORMÁTICA, para desenvolver e gerenciar software de controle de créditos consignados, o que até aquele momento fora desempenhado pela empresa pública SERPRO.

Nesse contexto, VACCARI indicou o advogado Alexandre Corrêa de Oliveira Romano, para operacionalizar a contratação da empresa CONSIST e instituir o esquema criminoso no âmbito do MPOG.

(...)

Com o intuito de viabilizar a assinatura e as posteriores renovações, evitando assim a rescisão unilateral do ACT no âmbito do MPOG e a consequente contratação de outra empresa, a CONSIST negociou o pagamento mensal de vantagens indevidas a agentes públicos da referida pasta ministerial e a terceiros indicados pelo núcleo político do PT da presente organização criminosa, as quais, calculadas sobre percentuais do faturamento da empresa em decorrência dos referidos serviços, superaram, entre 2010 e 2015, os R\$ 100 milhões de reais. Ao final, o custo financeiro da propina foi repassado aos servidores públicos federais tomadores de empréstimos consignados.

Dos destinatários da propina paga pela CONSIST, destacam-se: a) PAULO BERNARDO, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão de 2005 a 2011, Ministro das Comunicações de 2011 a 2015, considerado um dos maiores arrecadadores de recursos em benefício do PT e chamado de 'patrono do esquema criminoso montado no MPOG', b) GLEISI HOFFMANN, uma das principais destinatárias dos recursos ilícitos obtidos em decorrência do esquema; e c) VACCARI a quem cabia arrecadar no interesse de todo o seu grupo político.

A CONSIST repassou a propina através de 'parceiros', é dizer, intermediários que, mediante estratégias de lavagem de dinheiro, viabilizavam o repasse das vantagens indevidas da empresa aos agentes públicos e políticos delas destinatários. Para justificar as transferências, a empresa CONSIST firmou com os 'parceiros' centenas de contratos simulados/fictícios de prestação de serviços.

O principal 'parceiro' da propina destinada a PAULO BERNARDO e a GLEISI foi o escritório de advocacia de Guilherme Gonçalves, com o qual a CONSIST firmou contrato simulado de prestação de serviços advocatícios em 13 de abril de 2010, comprometendo-se a ele repassar um percentual mensal de 9,6% do faturamento mensal da empresa. Com a saída de PAULO BERNARDO do Ministério do Planejamento, o percentual repassado pela CONSIST ao escritório de advocacia foi revisto para 4,8% e, entre 2014 e 2015, caiu para 2,9%. Ao final, Guilherme Gonçalves recebeu R\$ 7.031.835,33 da CONSIST, auferindo para si inicialmente 10% dos valores repassados pela CONSIST e, após maio de 2011, 30%, transferindo o restante da propina a PAULO BERNARDO e a GLEISI".

Assim, para além da apresentação da gênese, estrutura e modo de operação da organização criminosa, emerge da versão acusatória a

suficiente individualização das condutas, especialmente no que concerne à participação dos denunciados Paulo Bernardo Silva e Gleisi Helena Hoffmann.

Não bastasse, a peça de ingresso alude no tópico 2.2.3 aos crimes supostamente praticados no intuito de atender aos interesses do grupo, a demonstrar o *modus operandi* de que se valiam os membros do agrupamento na obtenção de vantagens indevidas, delineando as condutas individualmente perpetradas em prol e no interesse do funcionamento da suposta organização criminosa.

Nesse sentido, a exordial menciona delitos supostamente cometidos em concurso com executivos da Odebrecht, a exemplo daqueles referentes à negociação em torno do aumento de linha crédito por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) para financiamento da exportação de bens e serviços entre Brasil e Angola, favorecendo aquele grupo econômico. Na perspectiva da Procuradoria-Geral da República, esses fatos culminaram com a atuação de Paulo Bernardo na cobrança de vantagens ilícitas prometidas pela Odebrecht, que teriam sido destinadas à Gleisi Hoffmann. Frisa a acusação que tais valores teriam sido pagos em espécie, por intermédio de funcionário da congressista.

Reporta-se a denúncia no tópico 2.2.4 aos crimes supostamente praticados em concurso com executivos da J&F, notadamente a existência de doação eleitoral de valores à Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, com posterior repasse à campanha de Gleisi Hoffmann ao Estado do Paraná, mediante intermediação do respectivo coordenador financeiro, Edinho Silva.

Cumprir registrar que a denúncia elenca no tópico 2.2.1 indícios da prática de crimes junto à Petrobras, precisamente a percepção de vantagens junto à Diretoria de Abastecimento. Todavia, em relação a esses fatos, sobreveio absolvição dos denunciados no bojo da AP 1.003 (Red. p Acórdão Min. Dias Toffoli, Segunda Turma, Dje 6.12.2018), de modo que não mais se prestam a comprovar a pertinência de ambos os imputados na multicitada organização criminosa.

À luz de todo esse panorama exemplificativo de delitos em tese perpetrados no interesse da organização criminosa por parte de Gleisi

Helena Hoffmann e Paulo Bernardo, é possível constatar que o órgão acusatório desincumbiu-se do ônus de expor as condutas que entende por ilícitas, descrevendo-as de forma detalhada, bem como indicando as ações de cada um dos denunciados que se amoldariam ao tipo penal capitulado.

Ressalvo, contudo, que há inépcia da denúncia quanto à imputação aos denunciados das causas de aumento de pena previstas nos incisos III e V do § 4º do art. 2º da Lei 12.820/2013, porquanto não se depreende, da leitura da denúncia, quais as exatas circunstâncias fáticas denotariam o caráter transnacional da organização criminosa denunciada, tampouco a destinação ao exterior dos produtos ou proveitos da infração penal.

De fato, para o correto exercício do direito de defesa em juízo, não basta ao órgão acusatório afirmar que “[o] produto ou proveito do crime se destinava, ao menos em parte, ao exterior” , ou que “ há transnacionalidade dos delitos” (eDoc. 178, Vol. 2, fl. 435), sem, contudo, especificar de modo claro e detalhado os atos que teriam materializado a destinação do produto dos crimes ao exterior ou as supostas transações realizadas no estrangeiro. Nesse sentido, destaca-se julgado desta Corte em caso análogo:

“3. Da leitura da exordial acusatória, constata-se que a Procuradoria-Geral da República desincumbiu-se a contento do ônus de expor as condutas que entende por delituosas, descrevendo-as de forma detalhada , indicando as ações de cada um dos denunciados que se amoldariam ao tipo penal capitulado, estando atendidos, por isso, os requisitos mínimos exigidos pelo art. 41 do Código de Processo Penal.

Ressalva dessa percepção deve ser feita, no caso concreto, no que diz respeito às causas de aumento de pena previstas nos incisos III e V do § 4º do art. 2º da Lei 12.820/2013, porque não se depreende, da leitura da denúncia, quais as exatas circunstâncias fáticas denotariam o caráter transnacional da organização criminosa denunciada, tampouco a destinação ao exterior dos produtos ou proveitos da infração penal .”

(INQ 3.989, Rel. Min. EDSON FACHIN, Segunda Turma, DJe 23/08/2019 – grifei)

Atesto, por tal razão, que a denúncia atende, com a exceção antes citada, aos requisitos mínimos exigidos pelo art. 41 do Código de Processo Penal, pressuposto básico ao exercício da ampla defesa, anotando-se, como sabido,

que a lei impõe tão só a descrição lógica e coerente do contexto fático, a fim de permitir aos acusados a compreensão das imputações e o exercício amplo do contraditório, o que, insisto, ocorre na hipótese, salvo no tocante às causas de aumento de pena previstas no art. 2º, § 4º, III e V, da Lei 12.850/2013, porque, como afirmado, desprovidas de descrição fática idônea.

Ressalto, aliás, que a ordem constitucional vigente impõe ao *dominus litis* a indicação de modo nítido e preciso dos fatos penalmente relevantes que possam ser atribuídos aos acusados e suas respectivas circunstâncias, não podendo ser considerada “*inepta a denúncia que, em respeito ao art. 41 do Código de Processo Penal, descreve o fato imputado ao réu com todas as circunstâncias que possibilitem a individualização da conduta e o exercício da ampla defesa*” (AP 971, de minha relatoria, Primeira Turma, DJe 11.10.2016). Nesse mesmo sentido, destaca-se, ainda :

“Inquérito. Competência originária. Penal e Processual Penal. (...) **9. Inépcia da denúncia. São aptas as denúncias que descrevem suficientemente os fatos e a contribuição dos imputados (...)**” (g.n.) (INQ 3.204, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, julgado em 23.6.2015).

“INQUÉRITO. IMPUTAÇÃO DOS CRIMES PREVISTOS NOS ARTS. 317 E 333 DO CÓDIGO PENAL E NO ART. 1º, V, DA LEI 9.613/1998. (...) **INÉPCIA DA DENÚNCIA. REJEIÇÃO.** INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADOS. SUBSTRATO PROBATÓRIO MÍNIMO PRESENTE. ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 41 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. DENÚNCIA RECEBIDA. (...) **3. O juízo de recebimento da denúncia é de mera delibação, jamais de cognição exauriente. Não se pode, portanto, confundir os requisitos para o recebimento da denúncia, delineados no art. 41 do Código de Processo Penal, com o juízo de procedência da imputação criminal. 4. No caso, a denúncia contém a adequada indicação das condutas delituosas imputadas, a partir de elementos aptos a tornar plausível a acusação, o que permite o pleno exercício do direito de defesa. (...)**” (g.n.) (INQ 3.984, Rel. Min. Teori Zavascki, Segunda Turma, julgado em 6.12.2016).

“INQUÉRITO. IMPUTAÇÃO DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 317, § 1º, C/C ART. 327, § 2º, DO CÓDIGO PENAL, ART. 1º, V, e § 4º, DA LEI 9.613/1998, ART. 22, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 7.492/1986 E ART. 350 DA LEI 4.737/1965, NA FORMA DO ART. 69 DA

LEI PENAL. (...) INÉPCIA DA PEÇA ACUSATÓRIA POR AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. AFASTAMENTO. DESCRIÇÃO SUFICIENTE DAS CONDUTAS ATRIBUÍDAS AO DENUNCIADO, ASSEGURANDO-LHE O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP. DEMONSTRAÇÃO INEQUÍVOCA DE INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE. MAJORANTE DO ART. 327, § 2º, DO CP. EXCLUSÃO. DENÚNCIA PARCIALMENTE RECEBIDA. (...) **4. Tem-se como hábil a denúncia que descreve todas as condutas atribuídas ao acusado, correlacionando-as aos tipos penais declinados. Ademais, 'não é lícito ao Juiz, no ato de recebimento da denúncia, quando faz apenas juízo de admissibilidade da acusação, conferir definição jurídica aos fatos narrados na peça acusatória. Poderá fazê-lo adequadamente no momento da prolação da sentença, ocasião em que poderá haver a *emendatio libelli* ou a *mutatio libelli*, se a instrução criminal assim o indicar'** (HC 87324, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma, DJe de 18.5.2007) (...) (g.n.) (INQ 4.146, Rel. Min. Teori Zavascki, Tribunal Pleno, julgado em 22.6.2016).

“Inquérito. Corrupção passiva (art. 317, § 1º, CP). Corrupção ativa (art. 333, *caput*, CP). Lavagem de dinheiro majorada (art. 1º, § 4º, da Lei nº 9.613/98). Denúncia. Parlamentar federal. Suposto envolvimento em esquema de corrupção de agentes públicos relacionado à Diretoria de Abastecimento da Petrobras. Solicitação de vantagem indevida, com desdobramento em pagamentos fracionados. Recebimento em espécie e por meio de contratos fictícios. (...) **Inépcia da denúncia não configurada.** Concurso de pessoas. Descrição suficiente. (...) **7. Da longa exposição descritiva constante na inicial, que esmiuçou os laços alegadamente mantidos entre os acusados e em qual medida teriam contribuído para as supostas práticas criminosas, é possível constatar que o concurso de agentes (ou de pessoas) está descrito, indicando-se o grau de envolvimento de cada um dos acusados nos diversos crimes narrados. Não é relevante, nesse momento processual, a definição se os acusados se enquadram no conceito de autores ou de partícipes dos crimes que lhes foram imputados.** (...) (g.n.) (INQ 4.074, Rel. p/ Acórdão Min. Dias Toffoli, Segunda Turma, julgado em 14.8.2018).

Com arrimo nesses fundamentos expostos, **acolho, apenas em parte**, a preliminar de inépcia formal da denúncia para, em consequência, decotar da imputação, desde logo, as causas de aumento de pena previstas no art. 2º, § 4º, III (se o produto ou proveito da infração penal destinar-se, no todo ou em parte, ao exterior) e V (se as circunstâncias do fato evidenciarem a transnacionalidade da organização), da Lei 12.850/2013.

3. Mérito

Superadas todas as prefaciais suscitadas, direciono-me à análise da viabilidade da denúncia à luz do ordenamento jurídico pátrio, das circunstâncias fáticas delineadas na peça acusatória e dos elementos de informação obtidos no decorrer dos trabalhos investigativos.

Princípio, por isso, lembrando que a Procuradoria-Geral da República atribui aos aqui denunciados a prática do delito de promover, constituir ou integrar organização criminosa, previsto no art. 2º, § 4º, II, da Lei 12.850/2013 - já considerado o afastamento de 2 (duas) majorantes conforme acima assinalado -, que possui a seguinte redação:

“Art. 2º Promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa, sem prejuízo das penas correspondentes às demais infrações penais praticadas.

(...)

§ 4º A pena é aumentada de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços):

(...)

II – se há concurso de funcionário público, valendo-se a organização criminosa dessa condição para a prática de infração penal”.

Assentada a idoneidade formal da peça acusatória, com a ressalva já exposta em sede preliminar, cumpre perquirir se, a partir da descrição fática exposta na denúncia, há justa causa à deflagração da ação penal, consubstanciada na aptidão de subsunção dos fatos à norma incriminadora e na existência de elementos indiciários mínimos e suficientes à atribuição da autoria delitiva aos denunciados.

3.1. Inexistência de atipicidade dos fatos

Nessa ambiência, a defesa técnica do acusado Paulo Bernardo Silva afirma que os fatos descritos na peça de ingresso seriam atípicos, argumentando, essencialmente, que a denúncia alude a fatos ocorridos

antes da entrada em vigor no ordenamento jurídico brasileiro da figura típica da organização criminosa, a caracterizar ofensa à garantia prevista no art. 5º, XL, da Constituição Federal.

Registro, preambularmente, que o exercício do direito de defesa no seio do processo penal realiza-se sobre os fatos narrados na peça acusatória, e não sobre a mera proposta de capitulação jurídica que lhes é atribuída pelo órgão acusatório. Tal afirmação, aliás, é materializada na norma extraída do art. 383, *caput*, do Código de Processo Penal, que disciplina o instituto da *emendatio libelli*. A propósito:

“ *HABEAS CORPUS*. PACIENTE DENUNCIADA PELO CRIME PREVISTO NO ART. 155, § 4º, II, DO CÓDIGO PENAL. PEDIDO DE *EMENDATIO LIBELLI* PARA DAR-SE DEFINIÇÃO JURÍDICA DIVERSA DA QUE FOI INDICADA NA DENÚNCIA. PRELIMINAR AFASTADA POR DECISÃO SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADA. ORDEM DENEGADA. I - A assertiva de ausência de fundamentação da decisão que rejeitou o pedido de *emendatio libelli*, com a declaração de prescrição da pretensão punitiva, não deve ser acolhida, pois o magistrado processante examinou, ainda que de forma concisa, as teses defensivas apresentadas e concluiu pelo prosseguimento da ação penal por não vislumbrar nenhuma das hipóteses de absolvição sumária, previstas no art. 397 do CPP. II - **Eventual equívoco ocorrido na capitulação penal dos fatos apontados na denúncia poderá ser corrigido pelo juiz na sentença, e não no exame preliminar sobre a viabilidade da ação penal**. III - Ausência de violação do art. 93, IX, da Constituição Federal, que impõe ao magistrado o dever de motivar e fundamentar toda decisão judicial. IV - *Habeas corpus* denegado” (g.n.) (HC 113.169, Rel.: Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, j. 12.3.2013 – grifei).

“ *HABEAS CORPUS*. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. PECULATO EM CONCURSO DE PESSOAS. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO E DE DENÚNCIA ALTERNATIVA. IMPROCEDÊNCIA. ORDEM DENEGADA. 1. Fato descrito na denúncia em sintonia com o fato pelo qual o réu foi condenado. 2. A circunstância de não ter a denúncia mencionado o art. 13, §2º, ‘a’, do Código Penal é irrelevante, já que o acusado se defende dos fatos narrados e não da capitulação dada pelo Ministério Público. 3. **O juiz pode dar aos eventos delituosos descritos na inicial acusatória a classificação legal que entender mais adequada, procedendo à emenda na acusação (*emendatio libelli*), sem que isso gere surpresa para a defesa**. 4. A peça inicial acusatória, na forma

redigida, possibilitou ao Paciente saber exatamente os fatos que lhe eram imputados, não havendo que se falar em acusação incerta, que tivesse dificultado ou inviabilizado o exercício da defesa. 5. Ordem denegada”(g.n.) (HC 102.375, Rel. Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, j. 29.6.2010 – grifei).

Tendo em mente essa orientação sufragada, de forma pacífica, não só no âmbito doutrinário, mas também na jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal, da análise dos termos da denúncia sob exame infere-se que a Procuradoria-Geral da República sustenta como tese acusatória a formação da organização criminosa “ desde meados de 2002 até 12 de maio de 2016”, ou seja, “[D]ata do afastamento provisório de DILMA ROUSSEFF da Presidência da República ” (eDoc. 178, Vol. 2, fl. 242).

Ao longo da narrativa, explicita o Ministério Público Federal os fatos que considera subsumíveis ao preceito primário da norma penal incriminadora indicada ao final da denúncia, asseverando :

“(…)

Nesse sentido, aplica-se a lei vigente a partir de setembro de 2013 (Lei n. 12.850/2013). Conduta permanente, mesmo iniciada antes dessa data, passa a ser regida pela nova lei, nos termos do enunciado da súmula n. 711 do Supremo Tribunal Federal. A organização criminosa não esgotada até setembro de 2013 se encaixa no crime surgido após essa data, tipificado no art. 20 do referido ato normativo” (eDoc. 178, Vol. 2, fl. 435).

Afirmando a autonomia do delito de organização criminosa em relação aos supostos crimes praticados em decorrência da sua estruturação, destaco que cabe ao órgão acusatório o ônus probatório acerca da efetiva ocorrência dos fatos narrados na exordial acusatória, bem como da autoria delitiva atribuída aos denunciados, conforme disciplina o art. 156 do Código de Processo Penal, o que o credencia a sustentar, no âmbito do devido processo legal, a capitulação legal inicialmente sugerida.

Nessa direção, tendo por elemento subjetivo do tipo o dolo de associação à prática de ilícitos, a consumação da infração penal prevista no art. 2º, *caput*, da Lei 12.850/2013 protraí-se durante o período em que os agentes permanecem reunidos pelos propósitos ilícitos comuns, circunstância que caracteriza a estabilidade e a permanência que o diferem

do mero concurso de agentes, motivo pelo qual é conceituado pela doutrina como crime permanente.

E como tal, os agentes associados, dotados de conhecimento potencial da ilicitude de suas ações, respondem pelo tipo penal superveniente, ainda que mais gravoso, caso dele tomem ciência e, mesmo assim, não se sintam intimidados a cessar a prática de atos lesivos ao bem jurídico tutelado pelo mandado incriminatório geral exarado pelo Poder Legislativo.

Esse raciocínio, como sabido e enfatizado pelo órgão acusador, é suportado pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, consolidada no Enunciado 711 da sua Súmula:

“A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência”.

Assim, assentando-se a proposta acusatória na tese de que a organização criminosa aqui denunciada perdurou até o dia 12 de maio de 2016, quando do afastamento provisório da ex-Presidente Dilma Rousseff da Chefia do Poder Executivo, não há falar em atipicidade da conduta atribuída aos acusados, porquanto o tipo penal em apreço encontra-se em vigor no ordenamento jurídico pátrio desde 19.9.2013, nos termos do art. 27 da Lei 12.850/2013.

Ao lado disso, a tese propugnada pela defesa técnica do denunciado - atipicidade dos fatos por força do princípio constitucional que veda a retroatividade da lei penal mais gravosa - não é suportada pelo conjunto normativo no qual se encontra disciplinada a responsabilização penal no âmbito da República Federativa do Brasil, já que, em tese, as condutas narradas na denúncia, mesmo antes da promulgação da Lei 12.850/2013, são aptas a ofender o mesmo bem jurídico - a paz pública - também tutelado pelo tipo previsto no art. 288 do Código Penal que, em decorrência do princípio da subsidiariedade, funciona, na espécie, como o “ *soldado de reserva* ” a que aludia com brilhantismo o Ministro Nelson Hungria.

Em suma, compete ao órgão acusatório desincumbir-se do ônus probatório que lhe foi imposto pelo legislador ordinário sobre a efetiva

ocorrência dos episódios descritos na peça de ingresso, inclusive sobre o período de estabilidade e permanência dos agentes na referida organização criminosa, sendo inviável a pretendida declaração, de antemão e neste momento, de atipicidade dos fatos, diante da verificada potencialidade das imputações ofenderem bens jurídicos tutelados pelo ordenamento jurídico pátrio.

3.2 Ausência de justa causa

Registro, no ponto, que o juízo de deliberação acerca do recebimento da denúncia consiste em ato judicial com pressupostos e requisitos previstos no art. 41 e art. 395 do Código de Processo Penal e, pertinente à ação penal de competência originária do Tribunal (Lei 8.038/1990, art. 1º a art. 12), também no art. 397 do mesmo Diploma Legal (HC 116.653, Rel. Min. Cármen Lúcia, Segunda Turma, DJe de 11.4.2014).

Relevante consignar, ainda, que o denunciado defende-se dos fatos subjacentes à acusação, e não da mera classificação jurídica a eles atribuída (INQ 3.113, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe de 6.2.2015), sobressaindo, nessa linha, o requisito da justa causa (Código de Processo Penal, art. 395, III), o qual exige “ *suporte probatório mínimo a indicar a legitimidade da imputação e se traduz na existência, no inquérito policial ou nas peças de informação que instruem a denúncia, de elementos sérios e idôneos que demonstrem a materialidade do crime e indícios razoáveis de autoria*” (INQ 3.719, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, DJe de 30.10.2014).

Assim, compete ao julgador, nesse instante processual, tão somente a análise da existência de material probatório suficiente a embasar a peça acusatória e atestar, ou não, a presença dos requisitos mínimos necessários ao seu recebimento.

Na espécie, conforme registrado, a exordial acusatória atende aos requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal porque narra, de forma adequada, a suposta prática, pelo denunciados, a conduta típica de promover, constituir ou integrar organização criminosa (art. 2º, § 4º, II, da Lei 12.850/2013).

Nada obstante formalmente apta, a proposta acusatória sucumbe, mormente, diante da derradeira manifestação externada pelo órgão acusador, ao apresentar nos presentes autos, em 08.03.2023, manifestação pela rejeição de sua própria denúncia, porque entende desprovida de justa causa (eDoc. 211).

Assevera a Procuradoria-Geral de República que “ **em reavaliação do entendimento anteriormente exposto** , a partir de uma análise aprofundada das teses defensivas apresentadas pelos denunciados GLEISI HELENA HOFFMANN e PAULO BERNARDO SILVA nas suas respostas à acusação e demais manifestações, assim como da leitura da exordial, **entende este órgão ministerial que não foi demonstrada a existência de lastro probatório mínimo indispensável para a instauração de um processo penal em face dos referidos denunciados** ” (grifei).

Elucida, nesse sentido, que o presente INQ 4.325 é fruto da cisão das investigações iniciadas no INQ 3.989, em relação ao núcleo político da organização criminosa denunciada, destacando que “ em relação ao Inquérito específico (4.325), os fatos são os mesmos dos descritos no Inquérito n. 3.989.”

Explicita, ainda, que a Segunda Turma desta Suprema Corte decidiu, nos autos do INQ 3.989, “ pela ausência de descrição de supostos fatos criminosos em período posterior à vigência da Lei 12.850/2013 e pela ausência de delimitação adequada das condutas delituosas, desincumbindo-se o MPF de indicar os elementos de fato e de prova que sustentem essa conclusão” .

Contextualiza que “nos dois inquéritos são apurados crimes envolvendo a construção de um esquema de distribuição de recursos ilícitos a agentes políticos de diversas agremiações partidárias, com origem e ‘modus operandi’ comuns ou, pelo menos, relacionados e bastante semelhantes, em especial o PT, o PMDB e o PP” .

Salienta, assim, que “ constituiu fato incontroverso que há identidade fática entre as hipóteses criminais descritas nos Inquéritos n. 3.989 e 4.325. Logo, de rigor, a rejeição da denúncia do Inquérito n. 4.325” .

Destaca, também, que **em relação aos denunciados não detentores de foro por prerrogativa de função, foi proferida sentença pelo Juízo da 12ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, absolvendo-os sumariamente** em razão da inexistência de indícios de vínculo associativo, de estabilidade e permanência para a configuração do crime de organização criminosa. Nesse contexto, defende que não obstante a ausência de força vinculante dessa decisão proferida em primeira instância, ela deve ser levada em consideração, tanto que esse mesmo entendimento foi aplicado no julgamento do INQ 3.989-ED, pela Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal.

Em arremate, a Procuradoria-Geral da República reputa a denúncia carente de justa causa, também em razão das alterações legislativas promovidas pela Lei 12.850/2013 ao dispor que *“a mera palavra do colaborador e os elementos de prova apresentados por eles não são suficientes para o recebimento da denúncia”*.

Pois bem.

A digressão realizada permite demonstrar que **houve substancial alteração da convicção jurídica da acusação acerca da responsabilidade criminal dos investigados, culminando na retratação da proposição de ação penal pública**.

A alteração da *opinio delicti* ministerial após o oferecimento da peça acusatória não é novidade ao Supremo Tribunal Federal, de modo que o Plenário já teve oportunidade de se debruçar sobre semelhante celeuma no julgamento do INQ 4631-AgR, Rel. Min. EDSON FACHIN, DJe 25.2.2022).

Por ocasião desse julgamento, esta Suprema Corte apreciou o alcance do postulado da obrigatoriedade e da regra da indisponibilidade da ação penal pública, disciplinada pelo art. 42 do Código de Processo Penal, fixando a orientação de que a *“retratação manifestada pelo Ministério Público Federal em momento posterior à apresentação da denúncia **não vincula** o órgão judicial constitucionalmente competente para o exame da pretensão punitiva”*.

Naquela oportunidade, entendeu-se imprescindível realizar o controle judicial das razões declinadas para o pedido de rejeição da proposta acusatória já deduzida, eis que de modo algum seria “*admissível a desistência da ação penal pública por capricho ou interesse pessoal do Ministério Público*”, conforme ponderações consignadas em “*documento opinativo de Gustavo Henrique Badaró*”. Destaca-se, por oportuno, trecho da ementa de referido julgado:

“AGRAVO REGIMENTAL NO INQUÉRITO. DENÚNCIA. JUÍZO DE VIABILIDADE EXCLUSIVO DO ÓRGÃO COLEGIADO COMPETENTE. POSTERIOR RETRATAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. MANIFESTAÇÃO DESPROVIDA DE CARÁTER VINCULANTE. (...)”

1. No rito previsto na Lei n. 8.038/1990, o juízo de viabilidade da pretensão acusatória já delimitada em denúncia é exclusivo do órgão colegiado competente, não havendo previsão legal para atuação monocrática do Relator.

2. A retratação manifestada pelo Ministério Público Federal em momento posterior à apresentação da denúncia não vincula o órgão judicial constitucionalmente competente para o exame da pretensão punitiva .”

(Inq 4631-AgR, Relator(a): EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, DJe 25/02/2022 – grifei)

Como se vê, em regra, o entendimento jurisprudencial é no sentido de que a alteração da *opinio delicti* ministerial, após o oferecimento da denúncia, não detém caráter vinculativo, ensejando à análise das razões apresentadas pela Procuradoria-Geral da República que a levaram ao superveniente pedido de rejeição da peça acusatória.

Apesar desse entendimento, o qual ratifico e manifesto que deva ser adotado, sobretudo quando evidenciado, na alteração da opinião do órgão acusador, desprezo aos elementos constantes dos autos, há que se considerar, de outro lado, que a Constituição Federal de 1988 atribui com privatividade a promoção da ação penal pública ao Ministério Público, ressalvada a ação penal privada em hipóteses excepcionais (art. 129, I).

Nessa perspectiva, a denúncia, para demonstrar a justa causa, deve vir instruída com peças de informações ou com inquérito policial, procedimento administrativo a cargo das Polícias Federal e Cíveis, a quem a Constituição atribui as funções de apuração das infrações penais e da

autoria (art. 144, § 1º, I e § 4º), sob o controle externo do Ministério Público (art. 129, VII). Por outro lado, a Carta de 1988 assegura aos ligantes o direito ao contraditório e à ampla defesa, com meios e recursos a ela inerentes, e coloca o advogado como função essencial à Justiça (art. 5º, LV e 133). Por fim, a Constituição consagra que a resolução da lide penal será feita, após o devido processo legal, de maneira privativa pela autoridade judicial competente, a saber, o Juiz Natural (art. 5º, LIII e LXI; 93 e seguintes).

Esse desenho institucional tripartido entre atores distintos a desempenhar funções díspares – investigação/acusação, defesa e julgamento – evidencia que a Constituição Federal de 1988 adota o sistema acusatório a orientar a persecução penal brasileira. Tem-se, assim, um sistema baseado na atuação de três personagens – *actum trium personarum* –, a saber, as partes (autor e réu) e um terceiro imparcial (juiz).

A principal consequência dessa separação de funções é a impossibilidade de o juiz iniciar a relação processual por vontade própria e, por conseguinte, de atuar no lugar do órgão acusador tanto na fase investigativa quanto no curso da persecução penal. Aliás, essa é a marca distintiva entre os sistemas acusatório e inquisitivo.

Evidente que, no espaço de conformação da atuação acusatória, o ulterior desinteresse da Procuradoria-Geral da República pela postulação acusatória já proposta em relação aos imputados configura atuação excepcionalíssima, incapaz, como já dito, de vincular o julgador, mas que, tampouco passa despercebido nessa repartição de funções essenciais ao sistema acusatório.

Na hipótese, a manifestação da acusação com afincamento em circunstâncias supervenientes, capazes de efetivamente se projetar às investigações em apreço é especialmente sopesada neste juízo de deliberação da viabilidade da persecução penal.

Perfilhando a mesma lógica, o eminente Ministro Roberto Barroso, no recente julgamento do INQ 3.515-ED (Rel. Min. André Mendonça, j. 6.6.2023), no qual a Primeira Turma, por unanimidade, conheceu e deu provimento aos embargos de declaração, com efeitos infringentes, para, nos

termos do art. 395, III, do CPP e, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral da República, rejeitar integralmente a denúncia oferecida, advertiu que:

“ A hipótese , como lembrou o Ministro Alexandre de Moraes, é excepcionalíssima , porque o Supremo Tribunal Federal tem a posição de que, como regra geral, o Ministério Público é o titular da ação penal, mas, uma vez proposta, ela se torna indisponível. Acho que essa é a regra geral, e nós aqui a reiteramos. Nada obstante isso, a Constituição consagra o princípio acusatório, de modo que o Ministério Público continua a ser o titular da ação penal .

E o próprio Ministério Público suscitou aqui nos autos a superveniência de modificação legislativa , que é o ponto que eu considero mais importante. Diante dela, ele modificou a sua posição em relação à *opinio delicti* e pediu a rejeição da denúncia .

Nós temos, para bem e para mal, a posição de que, havendo pedido de absolvição pelo Ministério Público, por exemplo, ou de não continuidade da ação, não há nada que nós possamos fazer ”. (grifei)

Vista a conexão entre a Constituição Federal de 1988 e o sistema acusatório, tenho que **a retratação do Ministério Público** após o oferecimento da denúncia, embora não possua caráter vinculante, **deve ser acolhida quando amparadas em fundadas razões ou modificação fática superveniente** , sob pena de o Poder Judiciário instaurar uma ação penal natimorta, uma vez que órgão incumbido pela acusação não possui qualquer interesse no seu prosseguimento.

O caso, portanto, revela situação excepcional, em que os episódios ulteriores lograram confirmar que a perspectiva acusatória, do modo como expressada na peça de ingresso, não se mostra apta à persecução penal em juízo.

Compreendo, nesse contexto, que a falta de interesse do Ministério Público Federal em promover a ação penal, ainda que pela via da retratação da denúncia, em pronunciamento não vinculativo, fragiliza a acusação inicialmente proposta, cujos fundamentos são desfeitos pela PGR na oportunidade.

Feitas essas considerações, as razões apresentadas pela Procuradoria-Geral da República revelam um quadro de sucessivos acontecimentos que amparam sua atual manifestação pela rejeição da peça acusatória.

Sobre os denunciados remanescentes nestes autos, a acusação formulada é de que Paulo Bernardo e Gleisi Hoffmann integrariam o núcleo político da organização, junto a outros membros do Partido dos Trabalhadores (PT).

Como bem sintetiza a Procuradoria-Geral da República em sua última manifestação nos autos, assim seriam, em resumo, as condutas imputadas na peça acusatória em relação aos denunciados (eDoc. 211):

“Especificamente quanto aos denunciados GLEISI HELENA HOFFMANN e PAULO BERNARDO SILVA, diz a denúncia que, em 2010, GLEISI e PAULO BERNARDO receberam por solicitação feita a Paulo Roberto Costa, pagamentos no montante total de R\$ 1 milhão de reais, operacionalizados por Alberto Youssef e provenientes do esquema de corrupção e lavagem de dinheiro estabelecido na Diretoria de Abastecimento da Petrobras.

Ademais, GLEISI HOFFMANN, segundo a denúncia (fl. 43), foi ainda uma das mais beneficiadas nos esquemas ilícitos mantidos pela organização criminosa na PETROBRAS, no MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO e junto à ODEBRECHT e à J&F.

Além disso, o grupo criminoso utilizou-se do prestígio e da relevante atuação dos denunciados GLEISI e PAULO BERNARDO, que protagonizaram, em conluio com os chefes do partido, o episódio de arrecadação de vantagem indevida instalado no âmbito do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO entre os anos de 2009 e 2015 (fls. 168 e ss. da exordial)”.

Em relação ao envolvimento dos denunciados sobre o recebimento de R\$ 1 milhão de reais decorrente de esquema de corrupção na Diretoria de Abastecimento da Petrobras, como já mencionado, não mais subsiste a acusação em razão da absolvição de ambos por este Supremo Tribunal Federal na AP 1.003 (Red. p/ Acórdão Min. Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe 6.12.2018) e, em consequência, não prestam a comprovar, no ponto, a pertinência dos imputados na multicitada organização criminosa.

No tocante aos demais fatos relacionados aos denunciados, cabe destacar que são objeto de investigações em outros inquéritos no tocante à supostas práticas de crimes autônomos, principalmente, de corrupção passiva e de lavagem de dinheiro. Embora esses fatos narrados na denúncia possam, em tese, demonstrar a possível prática de delitos pelos envolvidos, são insuficientes, por si só, para demonstrarem o vínculo associativo dos denunciados para o fim de configurar o crime de organização criminosa previsto no art. 2º da Lei 12.850/2013, sem prejuízo de caracterizarem delitos autônomos cometidos em concurso de pessoas que devem e estão sendo apurados em sede própria.

Nesse sentido, também defende o *dominus litis* em sua manifestação a rejeição da denúncia ora em exame (eDoc. 211):

“Verifica-se que a denúncia trouxe a narrativa de vários delitos praticados por agentes públicos, entre eles os denunciados, em concurso de agentes com empresários/colaboradores, ora em benefício próprio, ora em benefício de terceiros, sem, contudo, a necessária presença dos elementos constitutivos do tipo de organização criminosa.

Para a incidência do tipo de penal previsto no § 1º do art. 1º da Lei nº 12.850/2013, **faz-se necessária a comprovação do vínculo associativo, de forma permanente e duradoura**, e não apenas eventual, sendo fundamental que os agentes se reúnam com o propósito de manter uma meta comum.

No caso, muito embora a denúncia traga a narrativa de vários crimes, alguns ainda objeto de investigação nessa Suprema Corte, não se verifica prova de estabilidade ou organização.

Ausente, portanto, justa causa para a persecução penal, pois não estão demonstrados os elementos essenciais do tipo penal incriminador.

Por fim, registra-se que a ausência do elemento do tipo penal – crime de organização criminosa (art. 2º, § 4º, II, da Lei 12.850/2013) –, não prejudica a investigação e processamento de fatos ilícitos específicos, tais como corrupção ativa e passiva, peculato, lavagem de capitais etc.” (grifei)

Essa mesma compreensão foi adotada pelo Juízo da 12ª Vara Federal da Seção Judiciária ao absolver sumariamente, na Ação Criminal 1025137-89.2018.4.01.3400, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Vana Rousseff, Antonio Palocci Filho, Guido Mantega e João Vacari Neto que, segundo a denúncia, fariam parte do mesmo núcleo político da alegada organização criminosa

dos denunciados Gleisi Helena Hoffmann e Paulo Bernardo Silva, sendo julgados em primeira instância em razão do desmembramento ocorrido neste inquérito.

Desse modo, embora, em regra, a absolvição em primeira instância dos demais integrantes da suposta organização criminosa não possui o condão de impactar a avaliação a ser realizada por esta Suprema Corte, é certo que, no presente caso, repercute na análise de recebimento da denúncia já que as teses de absolutórias empregadas foram encampadas pela Procuradoria-Geral da República no presente inquérito para subsidiar o pleito de rejeição da exordial acusatória.

Ademais, conforme já assinalado, é inconteste que os agentes processados nos presentes autos representam apenas parcela do grupo alocado no núcleo político da organização criminosa investigada no bojo do INQ 3.989, que foi desmembrado tão somente para melhor otimização dos trabalhos investigativos. Em decorrência, adveio a formação de outros 3 (três) procedimentos penais (este INQ 4.325, além do INQ 4.326 e do INQ 4.327), no bojo dos quais a Procuradoria-Geral da República apresentou denúncia em face dos investigados.

Ao se retratar da denúncia apresentada nestes autos, a Procuradoria-Geral da República teve, também, como subsídio a compreensão externada no julgamento dos Segundos Embargos de Declaração no INQ 3.989, em 29.5.2020, pela Segunda Turma do STF, no qual, por maioria de votos, tendo ficado vencido, o colegiado rejeitou a denúncia oferecida pela PGR que apontava a prática do crime de organização criminosa por investigados vinculados ao então Partido Progressista-PP, na forma do art. 395, I e III, do CPP.

Cumpra reconhecer que a **denúncia apresentada no INQ 3.989, na compreensão da maioria dos julgadores**, muito embora tenha trilhado em meu voto lógica oposta, **não se revestia de justa causa**, e, portanto, não seria apta à instauração da ação penal.

Do voto do eminente Ministro Gilmar Mendes, designado Redator do acórdão, extraio trechos que detém o potencial de ser espelhados/aplicados ao caso em apreço:

“(…)

A defesa dos embargantes também aduz a existência de fatos novos que influenciariam a decisão que recebeu a denúncia . Tais fatos seriam, em síntese: a) a aprovação do novo pacote anticrime, que proibiu o recebimento de denúncia com base apenas nas declarações dos colaboradores premiados; b) o arquivamento e o pedido de rejeição da denúncia formulado pela PGR em relação aos embargantes nos autos do INQ 4.631 ; c) a sentença proferida pela Justiça Federal do Distrito Federal que, com base em manifestação do MPF, não recebeu a denúncia por organização criminosa oferecida em face de políticos do PT , reconhecendo a tese da criminalização da política (eDOC 418).

No que se refere a esse ponto, também entendo que assiste razão à defesa, já que os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos da relação jurídico-processual ocorridos após a propositura da ação devem ser considerados pelo juiz, ainda que de ofício .

Nessa linha, o art. 493 do CPC, aplicável por analogia ao processo penal, nos termos do art. 3º do CPP , prevê que “ Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento do mérito, caberá ao juiz tomá-lo em consideração , de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a decisão.”

Registre-se que a aplicação da referida norma ao processo penal parece ser ainda mais imperiosa, já que se tem, nesse caso, a afetação de bem jurídico indisponível e de primeira grandeza, que é a liberdade dos indivíduos.

Destarte, surgindo novas circunstâncias fáticas ou jurídicas que influenciem no julgamento da ação penal, é dever do juiz levá-los em consideração , afastando óbices formais ao conhecimento dessas relevantes circunstâncias.

(…)

Por sua vez, a sentença proferida pela Justiça Federal do Distrito Federal corrobora a tese aqui suscitada de criminalização da política, o que não deve ser admitido.

Com efeito, ao apreciar o pedido do MPF de absolvição sumária dos denunciados pelo “Quadrilhão do PT”, o Juiz da 12ª Vara Federal do Distrito Federal destacou pontos importantes que também se aplicam à denúncia em análise, como a ausência de indicação dos elementos constitutivos de uma Orcrim e a sua imputação artificiosa a partir da descrição de determinados crimes e de sua ampliação para todo o conjunto de relações entre o governo e os partidos políticos que integram o denominado presidencialismo de coalizão brasileiro.

(…)

Portanto, ainda que esta Turma entenda que não há vícios de omissão, obscuridade ou contradição no acórdão impugnado, tese com a qual não concordo, **entendo que os fatos supervenientes acima descritos também são suficientes para se conferirem efeitos infringentes ao recurso interposto, com a rejeição integral da denúncia**

(...)

Sob qualquer prisma jurídico examinado, **a pretensão acusatória afigura-se natimorta: imputa aos investigados a pratica de crime cuja previsão em lei penal é posterior aos fatos; não descreve a participação individualizada dos denunciados na suposta organização criminosa e imputa desvalor a acontecimentos corriqueiros da vida partidária, que em alguns casos foram objeto de pedido de arquivamento pela própria Procuradoria-Geral da República e em outros inquéritos perante o STF .**

(...)

Passados mais de quatro anos desde a apresentação da denúncia, o que se verifica é que as demais denúncias pelos supostos crimes antecedentes praticados pela organização criminosa e investigados nos Inq 3.994, 3.998, 3.980, 4.163, 4.074, 4.432 e 4.407 ou foram sumariamente rejeitados pelo STF ou estão ainda pendentes de conclusão . A pergunta que remanesce de profunda indagação doutrinária é: pode haver organização criminosa se não foram comprovados os cometimentos dos crimes subjacentes?

(...)

Além desses fundamentos, **entendo que os fatos supervenientes narrados pelos embargantes também devem ser considerados por esta Turma para que se declare a rejeição da denúncia, nos termos do art. 493 do CPC c/c art. 3º e art. 395, I e III, do CPP . Essas alterações relevantes nas circunstâncias fáticas e jurídicas incluem :**

a) a nova redação do art. 4º, §16, II, da Lei 12.850/2013, que proíbe o recebimento de denúncia com base apenas nas declarações dos colaboradores , de forma semelhante ao que prevê a jurisprudência mais atual desta Segunda Turma sobre o assunto;

b) o arquivamento e o pedido de rejeição da denúncia formulado nos autos do INQ 4.631 em relação aos embargantes , conforme mencionado;

c) a sentença de absolvição sumária proferida pelo Juízo da 12ª Vara Federal do Distrito Federal nos autos da ação penal 1026137-89.2018.4.01.3400, que rejeitou, a pedido do próprio MPF, a acusação de organização criminosa imputada a políticos do PT em condições absolutamente semelhantes à denúncia oferecida nestes autos” (grifei).

Portanto, os fatos novos e supervenientes apontados como causa da alteração da *opinio delicti* ministerial denotam circunstâncias capazes de impactar a avaliação da responsabilidade criminal apontada nos presentes autos, notadamente porque a denúncia rejeitada apresentou cenário delitivo semelhante ao aqui constante, ainda mais se considerada a apontada identidade e conexão entre as apurações em curso no INQ 3.989 e neste inquérito.

Os aspectos assinalados naquele julgado, levados em consideração pela Procuradoria-Geral da República para a alteração da postura acusatória, apresentam, em grande parte, semelhante moldura fática e circunstâncias objetivas aptas a impactar as imputações dirigidas aos presentes denunciados.

Ainda foram especialmente consideradas pela acusação as alterações determinadas pela Lei 13.964/2019, que, ao não mais permitir o recebimento de denúncia com fundamento apenas nas palavras do colaborador, teve “ *profundo reflexo na situação em análise* ”, mormente porque, conforme reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal, “ *documentos unilateralmente produzidos pelos colaboradores premiados são insuficientes para fins de embasar uma condenação*”, nos julgamentos da AP 1.015-ED, Segunda Turma, Redator p/ acórdão Min. GILMAR MENDES, DJe 13/06/2022 e INQ 3.989-ED-segundo, Segunda Turma, Redator p/ acórdão Min. GILMAR MENDES, DJe 13/06/2022.

Desse modo, compreendo que a falta de interesse da acusação em promover a persecução penal em juízo, por falta de justa causa, em razão de fatores supervenientes à apresentação da denúncia, deve ser acatada neste estágio processual destinado a aferir a possibilidade de instauração da ação penal, sobretudo quando **amparadas em fundadas razões ou modificação fática que influenciem no julgamento do feito.**

4. Dispositivo

Ante o exposto, com esteio no pleito da Procuradoria-Geral da República, **rejeito a denúncia** formulada em face de Gleisi Helena Hoffmann e de Paulo Bernardo Silva, com fundamento no art. 395, III, do Código de Processo Penal.

É o voto .

Plenário Virtual - minuta de voto - 16/06/2023 00:00